

RESUMO - DIREITO PÚBLICO

ANÁLISE DA PRÁTICA DO ATIVISMO JUDICIAL PELO STF NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO JULGADAS (ADO) ENTRE 2020 E 2025 ENVOLVENDO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS,

Beatriz De Lima Parentes (beatrizparentes011@gmail.com)

Tuanny Soeiro Sousa (tuannysousa@professor.uema.br)

Aguida Maria Dantas Gomes (aguidadantas@hotmail.com)

Ana Carolina Da Silva Chaves (carol10sch@gmail.com)

Maria Gabriella Saturnino Carvalho (gabriellasaturninocarvalho@gmail.com)

A Constituição Federal de 1988, atribuiu ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma atuação mais ampla e ativa na sociedade, nesse sentido o tema do trabalho consiste na análise da prática do ativismo judicial pelo STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão julgadas (ADO) entre 2020 e 2025 envolvendo controle de políticas públicas, dessa forma, a problemática do presente trabalho consiste em analisar de que forma o STF exerceu prática de ativismo judicial nas ações de (ADOs), ademais o objetivo geral do trabalho visa analisar o ativismo judicial nas (ADOs) no que tange ao controle de políticas públicas, em relação aos objetivos específicos, o trabalho visa conceituar

ativismo judicial de acordo com os principais autores que discutem sobre o tema, levantar as decisões proferidas pelo STF sobre o controle de políticas públicas nas (ADOs) e por fim, avaliar a prática do ativismo judicial nas decisões de (ADOs) que envolvem controle de políticas públicas entre janeiro de 2020 e janeiro de 2025. Portanto, a justificativa desse trabalho consiste no potencial para melhorar o sistema Judiciário Brasileiro. Quanto a metodologia, utilizou-se o enfoque interpretativo como fundamento epistemológico, uma abordagem interpretativa, em relação aos objetivos, a pesquisa qualifica-se como descritiva, tendo sua natureza a fonte empírica, e pesquisa documental.

Palavras-chave: ativismo judicial; políticas públicas.